



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

Instrumentos de Planeamento 2024

Lista e Nota Metodológica

FICHA TÉCNICA

Título

Instrumentos de Planeamento de 2024: Lista e Nota Metodológica

Data

Março de 2025

Autoria

Equipa Multissetorial de Planeamento da REPLAN – Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

replan@planapp.gov.pt

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 4 |
| Instrumentos de Planeamento..... | 5 |
| Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento | 14 |
| Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2024..... | 16 |

Introdução

A Lista de Instrumentos de Planeamento (IP) é um retrato dos elementos do Sistema de Planeamento Nacional, centrado no âmbito geográfico nacional, em 2023 e 2024. A Lista de IP tem por base uma metodologia integrada, assente em critérios objetivos para determinar se um determinado documento de política pública é um IP.

A presente Lista contempla uma tabela principal referente aos Instrumentos de Planeamento, bem como uma segunda tabela com documentos de enquadramento aos processos de planeamento, destacados pela função orientadora dos processos de planeamento, nas respetivas áreas temáticas.

A metodologia é descrita em detalhe na secção “Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2024”, cuja leitura é complementar.

Instrumentos de Planeamento

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|--|--|---|
| Presidência | Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2020-2030 (PNGIFR) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho |
| Agricultura e Pescas | Programa Nacional de Ação do PNGIFR | Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho |
| Presidência | Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública | Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021, de 10 de setembro |
| Juventude e Modernização | Estratégia Nacional para os Territórios Inteligentes | Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2023, de 18 de dezembro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2024, de 2 de setembro. |
| Presidência | Estratégia Portugal 2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020 |
| Presidência | Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro | Decisão de Execução do Conselho 13351/23, Bruxelas, 9 de outubro de 2023 |
| Presidência Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro |
| Presidência Solidariedade e Segurança Social | Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro |
| Presidência Finanças Ambiente e Energia | Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro |
| Presidência Finanças | Estratégia Nacional Antifraude no âmbito da Prevenção e Combate à Fraude na aplicação dos Fundos do Orçamento da União Europeia para o período de 2023-2027 | Despacho n.º 7833/2023, de 27 de julho |
| Presidência Economia Educação, Ciência e Inovação Ministro Adjunto | Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030 | N/A |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---|--|---|
| e da Coesão Territorial | | |
| Presidência | Acordo de Parceria Portugal 2030 | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 4777 final, Bruxelas 12 julho 2022 |
| Presidência Economia | Compete 2030 - Programa Temático Inovação e Transição Digital | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9321 final, Bruxelas 14 dezembro |
| Presidência Educação, Ciência e Inovação Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Pessoas 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8753 final, Bruxelas, 25.11.2022 |
| Presidência Ambiente e Energia | Sustentável 2030 - Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9619 final, Bruxelas, 14.12.2022 |
| Presidência Economia | Mar 2030 | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 8925 final, Bruxelas, 1.12.2022 |
| Presidência Assuntos Parlamentares | FAMI 2030 | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022)9332 final, Bruxelas, 8.12.2022 |
| Presidência | Programa de Assistência Técnica 2030 | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 9306 final, Bruxelas, 14.12.2022 |
| Presidência Economia | Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024, de 12 de janeiro |
| Economia | Programa Internacionalizar 2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021, de 19 de março |
| Negócios Estrangeiros | Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento 2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2022, de 9 de dezembro |
| Defesa nacional | Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade | Despacho n.º 12393/2022, de 24 de outubro |
| Defesa nacional | Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa 2023 -2033 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2023, de 5 de junho |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|-------------------------------|--|--|
| Defesa nacional | Estratégia Nacional de Ciberdefesa | Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2022, de 2 de novembro |
| Defesa nacional | Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas | Despacho nº 12427/2023, de 15 de novembro |
| Administração Interna | Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto |
| Administração Interna | Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo | Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2023, de 3 de maio. |
| Administração Interna | Estratégia Integrada de Segurança Urbana | Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto |
| Finanças | Programa de Estabilidade 2024-2028 | Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro |
| Juventude e Modernização | Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio |
| Juventude e Modernização | Planos de Ação da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual | Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto |
| Juventude e Modernização | Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 (PNCRD) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho |
| Presidência | Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações | Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto |
| Economia | Estratégia Turismo 2027 (ET2027) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017 de 27 de setembro |
| Economia | Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro | Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho |
| Economia Ambiente e Energia | Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas (EI-ERO) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2017, de 24 de novembro |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|--|--|---|
| Economia | Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho |
| Economia | Plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2021, de 1 de setembro de 2021 |
| Economia Agricultura e Pescas | Plano Estratégico da Pequena Pesca | Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2022, de 21 de dezembro |
| Economia Educação, Ciência e Inovação | Estratégia Nacional para os Semicondutores | Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2024, de 8 de janeiro |
| Cultura Educação, Ciência e Inovação | Plano Nacional das Artes 2019-2029 (PNA) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, 21 de fevereiro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2021, de 11 de maio |
| Cultura Educação, Ciência e Inovação | Plano Nacional de Cinema 2021-2030 | Despacho n.º 65/2022, de 5 de janeiro |
| Cultura Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Estratégia de Promoção da Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025 | Despacho n.º 2016/2022, de 15 de fevereiro |
| Educação, Ciência e Inovação | Portugal Espaço 2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018, de 12 de março |
| Educação, Ciência e Inovação | Plano Nacional de Leitura 2027 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017, de 31 de março |
| Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Programa Regressar | Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março |
| Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021, de 31 de agosto |
| Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---|--|--|
| Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2024, de 12 de janeiro |
| Saúde | Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-Estar | Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio |
| Saúde | Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física (PNPAF) | Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio |
| Saúde | Plano Nacional de Saúde (PNS) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2023, de 16 de agosto |
| Saúde | Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 (PNSD 2021-2026) | Despacho n.º 9390/2021, de 24 de setembro |
| Saúde | Programa Nacional para a Diabetes | Despacho n.º 6401/2016, de 16 de maio |
| Saúde | Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023, de 26 de setembro |
| Saúde | Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral 2025 | Portaria n.º 430/2023, de 12 de dezembro |
| Saúde | Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Inverno 2022 | Despacho n.º 2483/2017, de 23 de março |
| Saúde | Plano de Contingência Saúde Sazonal - Módulo Verão 2022 | Despacho n.º 2483/2017, de 23 de março |
| Saúde | Plano Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores | Lei n.º 4/2016, de 29 de fevereiro |
| Saúde | Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2021-2030 | Despacho n.º 13227/2023, de 27 de dezembro |
| Infraestruturas e Habitação Ambiente e Energia Agricultura e Pescas | Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2023, de 26 de dezembro |
| Agricultura e Pescas | Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---|---|--|
| Agricultura e Pescas Ambiente e Energia | Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável - Horizonte 2025 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2021, de 28 de dezembro Despacho n.º 6787/2020, de 1 de julho |
| Agricultura e Pescas Ambiente e Energia | Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022, de 25 de janeiro |
| Ambiente e Energia | Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 5 de abril |
| Ambiente e Energia | Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho |
| Ambiente e Energia | Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto |
| Ambiente e Energia | Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de setembro |
| Ambiente e Energia | Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro e Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto |
| Ambiente e Energia | Plano Estratégico para os Resíduos não Urbanos (PERNU 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18 de outubro |
| Ambiente e Energia | Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março |
| Ambiente e Energia | Plano Nacional da Água (PNA) | Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro |
| Ambiente e Energia | Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março |
| Ambiente e Energia | Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---------------------------------|--|--|
| Ambiente e Energia | Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024, de 8 de janeiro |
| Ambiente e Energia | Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto |
| Ambiente e Energia | Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho |
| Ambiente e Energia | Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 8-A/2021, de 3 de fevereiro |
| Infraestruturas e Habitação | Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2020-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho |
| Infraestruturas e Habitação | Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) 2020-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto |
| Ambiente e Energia | Plano Nacional para o Radão | Resolução do Conselho de Ministros n.º 150-A/2022, de 29 de dezembro |
| Infraestruturas e Habitação | Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente | Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro |
| Infraestruturas e Habitação | Programa Nacional de Habitação (2022-2026) | Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro |
| Adjunto e da Coesão Territorial | Programa de Valorização do Interior (PVI) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 14 de julho |
| Adjunto e da Coesão Territorial | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) | Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro |
| Agricultura e Pescas | Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 "Terra futura" | Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro |
| Agricultura e Pescas | Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (ENCDA) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril |
| Agricultura e Pescas | Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional | Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|--|--|--|
| | (ENSANP) | de 13 de setembro |
| Agricultura e Pescas | Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2017, de 27 de julho |
| Agricultura e Pescas | Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027) | Decisão de Execução da Comissão Europeia C(2022) 6019 final, Bruxelas, 31.8.2022 |
| Finanças Presidência | Plano Orçamental-Estrutural Nacional de Médio-Prazo 2025-2028 | Regulamento (UE) 2024/1263 + Regulamento (UE) 2024/1264 + Diretiva (UE) 2024/1265 do Conselho que altera a Diretiva 2011/85/UE |
| Finanças | Orçamento do Estado para 2025 | Lei 45-A/2024 de 31 de dezembro |
| Primeiro-Ministro | Programa do XXIV Governo Constitucional | Constituição da República Portuguesa, artigo 188.º |
| Presidência Finanças | Lei das Grandes Opções para 2024-2028 | Lei 45-B/2024 de 31 de dezembro |
| Ambiente e Energia | Plano de Ação para o Biometano 2024-2040 | Resolução do Conselho de Ministros nº41/2024, de 15 de março |
| Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro |
| Ambiente e Energia | Plano de Gestão dos Riscos de Inundações | Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024 |
| Justiça | Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas de Crime - 2024-2029 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2024 |
| Ambiente e Energia | Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas | Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril |
| Ambiente e Energia | Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho (PALM2028) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2024, de 29 de outubro |
| Educação, Ciência e Inovação | Plano «Aprender Mais Agora» (Plano A + A) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024 de 17 de outubro |
| Infraestruturas e Habitação | Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP) | Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---|--|--|
| Presidência Finanças Ambiente e Energia | Plano de Ação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas – ECO360 (PA ECO360) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2024, de 12 de novembro |
| Juventude e Modernização | Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2025-2027 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 194/2024, de 24 de dezembro |
| Juventude e Modernização | Estratégia Digital Nacional | Resolução do Conselho de Ministros n.º 207/2024, de 30 de dezembro |
| Cultura Economia Trabalho, Solidariedade e Segurança Social | Programa «Saber-Fazer» / Estratégia nacional para as artes e ofícios tradicionais para os anos de 2021-2025 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2020, de 23 de outubro |

Instrumentos de Enquadramento aos Processos de Planeamento

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---|--|--|
| Presidência Economia | Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal 2018-2030 | Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 8 de março |
| Presidência Economia Juventude e Modernização | Plano de Ação para a Transição Digital (PATD) — Portugal Digital | Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril |
| Negócios Estrangeiros Cultura Economia | Programa de Ação Cultural Externa | Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016, de 22 de novembro |
| Defesa nacional | Conceito Estratégico de Defesa Nacional | Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril |
| Defesa Nacional | Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa | N/A |
| Finanças | Lei de Enquadramento Orçamental | Lei 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual |
| Economia | Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia – Indústria 4.0 (2.ª fase) | N/A |
| Economia | Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – StartUP Portugal + | N/A |
| Economia | Linhas de orientação estratégica e recomendações para a implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, de 29 de agosto |
| Economia | Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro |
| Economia | Plano de Turismo + Sustentável | N/A |
| Economia | Regulamento de Reconhecimento dos Clusters de | Despacho n.º 1172/2024, de 31 de janeiro |

| Área Governativa | Designação | Ato normativo que aprova ou prevê o instrumento |
|---------------------------------|--|--|
| | Competitividade | |
| Economia | Regulamento de Reconhecimento de Estratégias de Eficiência Coletiva (Instituto do Turismo de Portugal, I. P.) | Regulamento n.º 371/2022, de 13 de abril |
| Agricultura e Pescas Economia | Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2021-2030 | N/A |
| Economia | Programa Interface | N/A |
| Saúde | Estratégia da Saúde para a Área das Demências | Despacho n.º 5988/2018, de 19 de junho |
| Saúde | Estratégia de Saúde para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo - LGBTI | Despacho n.º 5643/2023, de 17 de maio |
| Saúde | Estratégia Nacional para a Alimentação do Lactente e da Criança Pequena | Despacho n.º 4411/2018, de 4 de maio |
| Ambiente e Energia | Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para situações de Seca | Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho |
| Ambiente e Energia | Lei de Bases do Clima | Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro |
| Ambiente e Energia | Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho |
| Ambiente e Energia | Regime Jurídico de Conservação da Natureza e da Biodiversidade | Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual |
| Infraestruturas e Habitação | Estratégia da Distribuição da Quinta Geração de Comunicações Móveis | Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2020, de 7 de fevereiro |
| Infraestruturas e Habitação | Plano Rodoviário Nacional | Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho |

Nota Metodológica sobre a Lista de Instrumentos de Planeamento de 2024

Enquadramento do Exercício

A Lista de Instrumentos de Planeamento (IP) é um retrato dos elementos do Sistema de Planeamento Nacional, centrado no âmbito geográfico nacional, em 2023 e 2024. A Lista de IP partiu de um levantamento e uma análise que identifica e caracteriza uma classe de instrumentos de política pública – os Instrumentos de Planeamento. A presente nota metodológica incide sobre o processo de elaboração da Lista de IP e descreve as opções metodológicas adotadas para o exercício, pelo que é um documento complementar à Lista de IP divulgada publicamente.

A Lista dos Instrumentos de Planeamento foi desenvolvida durante os anos de 2023 e 2024 no contexto da Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN), em particular no seio da Equipa Multissetorial de Planeamento Estratégico (EMPE). A Lista surgiu de forma natural e consensual no decurso dos trabalhos levados a cabo pela EMPE, previstos no seu plano de ação para 2023-2024. O trabalho subjacente à criação da Lista foi feito colaborativamente, em articulação estreita e recorrente com as entidades-membros da REPLAN.

Previamente à elaboração da Lista, o Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP) levou a cabo um diagnóstico amplo do sistema de planeamento nacional, com análises de múltiplos elementos de planeamento. As principais conclusões desses trabalhos foram partilhadas e discutidas em sede da EMPE da REPLAN. Essa interação evidenciou uma perceção coletiva comum em torno da realidade do planeamento e dos seus principais desafios. Importa ressaltar também que o PLANAPP também tinha já ensaiado um mapeamento dos instrumentos de planeamento em Portugal, pelo que havia alguma reflexão em torno dos desafios de um levantamento exaustivo e objetivo de uma classe/tipologia de instrumentos de política – os Instrumentos de Planeamento.

O trabalho de elaboração, e a própria Lista dos Instrumentos de Planeamento, são inovadores no contexto da Administração Pública em Portugal, uma vez que assentam num trabalho em rede, que conta com uma representação abrangente das áreas governativas, sobre uma temática que assume uma relevância crescente.

Aspetos metodológicos

O exercício que está na base da Lista dos Instrumentos de Planeamento consistiu na análise de um conjunto de mais de três centenas de instrumentos, onde cerca de metade constava de um

levantamento inicial feito pelo PLANAPP e outra metade foram indicados pelas diversas áreas governativas. Importa destacar que o objeto de análise são os documentos que dão forma aos Instrumentos de Planeamento (IP), não obstante a centralidade dos processos de planeamento em que se inserem/de que resultam os IP.

A elaboração da Lista dos Instrumentos de Planeamento assentou numa metodologia desenvolvida para o efeito. A primeira parte da metodologia incide nos Instrumentos de Planeamento, enquanto objeto de análise, e decorre da necessidade de delimitar estes instrumentos face ao universo dos instrumentos de política pública. Nesse sentido, foi desenvolvida a seguinte definição de Instrumento de Planeamento, com base na bibliografia e no conhecimento conjunto dos membros da EMPE da REPLAN:

- **Instrumento de planeamento:** Documento aprovado ou previsto pelo Governo, através de um ato normativo, que determina um conjunto escalonado de orientações mensuráveis para a ação governativa num horizonte temporal pré-definido, que devem estar organizadas numa estrutura que abranja pelo menos dois níveis de orientações, articulados entre si.

Esta definição cumpre uma função instrumental de delimitação dos Instrumentos de Planeamento face aos demais instrumentos de política pública. Por outro lado, cumpre também uma função normativa de construir uma noção partilhada desta tipologia de instrumentos.

A segunda parte da metodologia incide no conjunto de procedimentos que deram origem à Lista ora apresentada. Ainda no plano conceptual, foi desenvolvido um conjunto interligado de critérios a que os Instrumentos de Planeamento devem atender. Os critérios dividem-se entre critérios de admissibilidade e critérios substantivos.

A Lista dos Instrumentos de Planeamento diz respeito apenas a instrumentos e documentos de nível nacional. No que concerne à dimensão temporal, o ano de referência é 2024, pelo que em relação ao ano anterior foram excluídos aqueles IP cujo horizonte temporal terminou em 2024 e incluídos os instrumentos relativos ao ano de 2024. Nesse sentido, os critérios de admissibilidade visam excluir, numa fase preliminar da análise, os instrumentos que não se enquadram no âmbito do exercício, tais como aqueles que se encontram em elaboração ou cujo horizonte temporal foi ultrapassado, os que incidem numa área geograficamente circunscrita do território nacional (e.g. região, etc.) ou cuja aplicação extravasa as fronteiras nacionais (e.g. natureza transfronteiriça ou supranacional), bem como os documentos que apenas criam estruturas operacionais.

Os critérios substantivos incidem nos documentos e abrangem as características que se devem observar num IP. A partir da definição de Instrumento de Planeamento foram criados cinco critérios substantivos:

- **Formalização e responsabilidade pelo ato:** o instrumento deve assumir a forma de ato normativo ou a sua elaboração estar prevista num ato normativo do Governo;

- **Função:** o instrumento deve orientar (explicitamente) a ação do Governo, da Administração Pública ou de parte dos mesmos;
- **Orientações:** o instrumento deve apresentar pelo menos dois níveis distintos de orientações (e.g. objetivos e medidas);
- **Estrutura das orientações:** o instrumento deve apresentar orientações escalonadas, explicitando a relação ou ligação entre diferentes níveis de orientações (e.g. cada medida insere-se num eixo de atuação, que concorre para um objetivo);
- **Horizonte temporal:** o instrumento deve definir um horizonte temporal, associado à produção de efeitos, ou conter uma calendarização para a implementação das orientações.

Em casos pontuais de instrumentos complementares entre si e pertencentes ao mesmo processo de planeamento, a análise incidu no conjunto dos documentos associados ao mesmo processo de planeamento.

A aplicação dos critérios foi feita de forma sequencial e cumulativa, pelo que na Lista dos Instrumentos de Planeamento apenas configuram como IP, os instrumentos analisados que cumprem todos os critérios enunciados. Não obstante, é possível encontrar um conjunto de outros documentos numa segunda tabela da Lista, designados de documentos de enquadramento aos processos de planeamento, que, apesar de não cumprirem os critérios, merecem ser destacados pela função orientadora dos processos de planeamento, nas respetivas áreas temáticas.



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

